

ENTREVISTA

A propósito da inscrição dos bonecos de Estremoz na lista representativa do Património Imaterial da Unesco, Jorge Freitas Branco, estudioso das culturas populares contemporâneas e professor catedrático de Antropologia, revela ao “Diário do Alentejo” que estes “reconhecimentos” são fundamentais para o “fortalecimento dos níveis de ação local e global”. Ou seja, as candidaturas em torno das culturas locais, como são também exemplo de referência o cante ou o fabrico de chocalhos, estão a conferir uma dimensão universal a manifestações culturais singulares e localizadas, sem necessidade de intermediação dos governos centrais. Até porque, refere, o Estado é “uma instância que tende a neutralizar as dinâmicas que vêm de baixo”.



Que comentário lhe merece a inclusão da produção de figurado em barro de Estremoz na lista do Património Cultural Imaterial da Unesco?

É uma boa notícia, no seguimento de outras chegadas em anos anteriores sobre o cante e a arte chocalheira. Promove o Alentejo,

como região, confere-lhe uma dinâmica identitária nova, resultante de fluxos culturais globalizadores. Indiretamente também o País, mas vejo o enfoque regional como mais importante no contexto da europeização.

Que características mais evidenciam

esta arte popular enquanto património cultural de grande relevo não apenas para a região de Estremoz, como agora para a própria Humanidade?

O figurado em barro está espalhado pelo mundo, como se presumirá sem dificuldade. No caso alentejano, de Estremoz em

particular, chama a atenção a surpresa das mensagens simbólicas a que proporciona um suporte físico. Quando as vemos numa loja, numa montra ou nas mãos de um ou de uma artífice, logo paramos, olhamos, observamos, pensamos, interpretamos, em regra, em silêncio; cor,

Apenas assim se podem alcançar as surpreendentes mensagens que se escondem por detrás dos bonecos que são moldados em barro na região de Estremoz

silêncio



Há cante alentejano dentro e fora da região, independentemente da idade, do território, do género ou da cor da pele. E com isso altera-se a *performance*. A versão alentejana do canto a vozes torna-se cosmopolita. Está a produzir respostas novas aos desafios identitários da sua região de origem.



representativa do Património Imaterial da Unesco?

Não sou dessa opinião. O selo de que fala traduz uma realidade da diplomacia cultural internacional da atualidade. Como qualquer outra área da ação diplomática, acontece pelas repercussões que se esperam; a mais referida é a da promoção turística. Como ação de política global, pesem os novos desafios em termos de sustentabilidade que se colocam, a diplomacia cultural será sempre uma alternativa preferível à resolução de crise internas e externas pela via das armas. Prescindo de enumerar exemplos atuais.

O Estado tem acompanhado com medidas de salvaguarda e orçamentais este reconhecimento internacional da nossa cultura mais enraizada? Os sucessivos governos têm estado para aqui virados? O que deveria ser feito neste domínio?

Ao referir “Estado”, pensamos em governo central. Nem tudo pode acontecer à escala central, até porque se trata de uma instância que tende a neutralizar dinâmicas que vêm de baixo. E os governos não podem, nem devem fazer tudo, pois às comunidades se apela, e serão elas a legitimarem as manifestações imateriais desejadas pela Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial de 2003. Se é verdade que sem Estado nada se faz, também julgo verificar ser uma das principais consequências do património cultural imaterial o fortalecimento dos níveis de ação local e global, em detrimento dum plano intermédio, que é o dos governos nacionais. Nesse sentido, os fluxos culturais gerados nos nossos dias desnacionalizam os consumos culturais, reforçando as dinâmicas identitárias locais e transnacionais.

Enquanto estudioso destas matérias preocupa-o o facto destas candidaturas, que normalmente são produzidas local e autonomamente, estarem invariavelmente associadas ao turismo?

O turismo é uma das formas que assume o fenómeno da mobilidade humana, e não só! Neste sentido, não tem que ser negativo, é uma realidade que nos abrange e envolve. Devemos reequacionar o nosso quotidiano atendendo às realidades que se vão impondo, procurando os novos equilíbrios instáveis, que definem as sociedades, tanto no tempo como no espaço.

A própria Unesco tem produzido alertas e pensamento crítico em relação a uma suposta promiscuidade entre o turismo e os patrimónios culturais imateriais. Concorda com esta visão?

Certo, a Unesco é uma das principais instâncias reguladoras desses equilíbrios instáveis a que aludi. Compreende-se que na sua ação prática se reflitam contradições inerentes aos grandes desafios que se colocam à humanidade.

Para além dos bens culturais alentejanos que já integram a lista da Unesco, outras candidaturas estão na calha. O Alentejo tem algo que seja diferenciador em relação ao resto do País no campo patrimonial imaterial ou é apenas mais dinâmico na sua promoção?

Como já referi, o Alentejo tem tanto ou tão pouco como Trás-os-Montes, a Galiza, a Baviera ou as ilhas Manus, na Papua Nova Guiné. São as dinâmicas geradas por indivíduos, grupos e instituições que potencializam processos de candidatura dotados de potencial para chegar a bom porto. Não terá de ser sempre a inscrição o objetivo último a alcançar, existem equilíbrios internacionais a considerar.

Acompanhou de muito perto a candidatura do cante alentejano. Como observa a evolução que esta prática cultural teve nos três anos subsequentes ao seu reconhecimento pela Unesco?

A evolução que se verifica desde então é importante. Há cante alentejano dentro e fora da região, independentemente da idade, do território, do género ou da cor da pele. E com isso altera-se a *performance*. A versão alentejana do canto a vozes torna-se cosmopolita. Está a produzir respostas novas aos desafios identitários da sua região de origem.

Pode-se dizer, neste caso concreto, que o plano de salvaguarda está a ser cumprido? O que está a falhar? Onde é necessário trabalhar de forma diferente?

Na medida em que se verificou uma explosão da curiosidade e do interesse pelo cante dentro e fora do Alentejo, pode-se falar de êxito na salvaguarda. Mas os êxitos trazem sempre novas dinâmicas. Ajustar estes elementos nem sempre é bem compreendido. Vejo referidas muitas iniciativas. Talvez possa estar a falhar no aspeto da coordenação, mas haverá também

algumas expectativas demasiado altas. Como em tudo, a liderança importa, mas não é só por si garante dos resultados desejados. Fixar resultados e consensualizá-los é sempre o mais difícil.

E em relação ao fabrico de chocalhos, que estava a necessitar de salvaguarda urgente, o que foi feito até hoje é suficiente?

Há artífices a trabalhar numa oficina modernizada. Mas isto não é defeito, antes ajustamento às realidades. E isto não é criticável. Seria mais problemático exigir algo que seria uma falsa autenticidade. Património não pode ser sinónimo de artificialismo à força, mas adequação às realidades da procura e da estética do consumo. Património é ainda registar, conhecer e saber enquadrar os processos produtivos, vulgo saberes, no tempo em que vigoraram também num quadro de guiado por oferta e procura. Tenho conhecimento de estar em preparação uma estrutura de cariz museológico com funções interpretativas sobre as artes do chocalho, de que Alcáçovas terá sido um importante centro produtor e distribuidor, segundo pesquisas infelizmente ainda inéditas, mas relevantes, feitas por Fernando Casqueira (sobre aspetos do colecionismo de chocalhos) e de Ana Pagará e Paulo Lima sobre as oficinas de chocalheiros em Alcáçovas desde o século XVIII.

A arte chocalheira chegou à Unesco já num avançado estado de extinção. Pode dizer-se, cientificamente, que ela hoje em dia ainda existe ou estamos a falar de um bem já extinto, efetivamente?

Os saberes e os fazeres não se criam nem se extinguem por decreto. Determinantes são outros fatores. No caso da arte chocalheira, o fator demográfico e a alteração dos modos de gestão dos recursos agrícolas, as implicações na pecuária, conduziram ao declínio da arte chocalheira. Mas quer o lembrar como o esquecer são exercícios que pertencem e se resolvem na nossa vivência quotidiana. Ao esquecimento anunciado que justificou a atribuição do selo Unesco, poderá seguir-se a dinâmica de lembrança, que agora se está a apregoar. Para tal, é necessário que se congreguem e conjuguem sinergias, para que o chocalho volte a ser um produto, desta feita com outra procura: a recordação, a nostalgia, a reconstrução de um viver passado, a memória duma técnica que julgamos ter estado ao alcance do controle humano.

HOMEM E MÁQUINAS

Jorge Freitas Branco é professor catedrático de Antropologia no Iscte – Instituto Universitário de Lisboa e investigador no Centro em Rede de Investigação em Antropologia. Fez o doutoramento em Etnologia na Johannes Gutenberg-Universität, Mainz, na Alemanha, e lecionou igualmente nas universidades de La Laguna, Tenerife (1992), e Complutense de Madrid (2010). Foi professor visitante nas universidades de Leipzig (1996-97), de Marburg (2000) e na Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil (2010). Entre outros assuntos tem-se dedicado ao estudo das culturas populares contemporâneas. Foi coorganizador e autor de *Voices do Povo – A folclorização em Portugal* (2003), com Salwa Castelo-Branco. Tem mais de uma dezena de livros publicados e variadíssimos artigos de onde se destacam *Máquinas nos Campos – Uma visão museológica e Sentidos da antropologia em Portugal na década de 1970*.

forma, estética da mensagem suscitam uma interpretação em silêncio. O Museu de Etnologia de Berlim dispõe de exemplares recolhidos, salvo erro, em finais dos anos 30 (assim como de apitos zoomorfos).

Portugal tem sido fecundo, nos últimos anos, na apresentação de candidaturas junto da Unesco para a classificação de bens patrimoniais imateriais. Isto é uma tendência da moda ou temos realmente um país repleto de expressões culturais assinaláveis?

Todos os países e regiões estarão repletos de manifestações culturais suscetíveis de inscrição numa das listas da Unesco. Mais importante que a matéria e a sua substância, imaterial ou material, são as dinâmicas sociais que conduzem ao desenvolvimento e à formalização de candidaturas.

Esta corrida ao “selo” da Unesco, como alguns gostam de referir, não está, de alguma forma, a banalizar a própria lista